



PROCESSO Nº	1000070787/2018
SICCAU Nº	993300/2019
INTERESSADO	J. P. DE M.
ASSUNTO	AUSÊNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO ANOTADO, COM RRT DE CARGO E FUNÇÃO (PJ)
<b>DELIBERAÇÃO Nº 088/2020 – CEP-CAU/RS</b>	

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL – CEP-CAU/RS, reunida por meio de videoconferência, no dia 22 de outubro de 2020, no uso das competências que lhe conferem inciso VI do art. 95 do Regimento Interno do CAU/RS, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando que a pessoa jurídica, J. P. DE M., inscrita no CNPJ sob o nº 23.626.877/0001-98 e registrada no CAU sob o nº PJ32062-5, foi constituída, tendo como atividade primária “*obras de alvenaria*”, conforme dados do CNPJ junto à Receita Federal, e, em seu objeto social, consta que a empresa foi constituída para o fim de “*serviços de construções de fundações e estruturas de alvenaria – pedreiro, serviços de pintura em edificações – pintor de parede*”, conforme dados extraídos da JUCISRS, as quais se constituem como atividades compartilhadas da profissão de arquitetura e urbanismo e estão sujeitas à fiscalização do CAU/RS, devendo, para tanto, possuir profissional que se responsabilize tecnicamente por tais atividades;

Considerando que a multa, imposta por meio do Auto de Infração no valor de R\$ 2.763,90 (dois mil setecentos e sessenta e três reais e noventa centavos), foi aplicada de forma correta, tendo em vista que, devidamente notificado, a parte autuada não efetivou a regularização da situação averiguada e que foram respeitados os limites fixados no art. 35, da Resolução CAU/BR nº 022/2012;

#### **DELIBEROU:**

1. Por aprovar, unanimemente, o voto do conselheiro relator decidindo pela manutenção do Auto de Infração nº 1000070787/2018 e, conseqüentemente, pela manutenção da multa imposta por meio deste, em razão de que a pessoa jurídica autuada J. P. DE M., inscrita no CNPJ sob o nº 23.626.877/0001-98, incorreu em infração ao art. 35, inciso XII, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, por exercer atividade afeita à profissão de arquitetura e urbanismo, manter o registro ativo no CAU, sem, contudo, possuir profissional que se responsabilize por suas atividades, por meio de Registro de Responsabilidade Técnica – RRT.
2. Por informar o interessado desta decisão, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, interpor recurso ao Plenário do CAU/RS, em conformidade com o disposto no art. 20, da Resolução CAU/BR nº 022/2012;
3. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Unidade de Fiscalização do CAU/RS, para que, nos termos do art. 17, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, averigue a regularidade da situação que deu origem ao Auto de Infração do presente processo.

Porto Alegre – RS, 22 de outubro de 2020.



**CAU/RS**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul

---

Acompanhado dos votos dos conselheiros, **ROBERTO LUIZ DECÓ**, **MATIAS REVELLO VAZQUEZ** e **HELENICE MACEDO DO COUTO**, atesto a veracidade das informações aqui apresentadas.

**ORITZ ADRIANO ADAMS DE CAMPOS**

Coordenador da Comissão de Exercício Profissional – CEP-CAU/RS